



A INCLUSÃO E A EXCLUSÃO DA VOZ DAS CRIANÇAS NA REVISTA VEJA

The inclusion and exclusion of childrens' voices in the Magazine Veja

La inclusión y la exclusión de la voz de los niños en la Revista Veja

Thaís Helena Furtado

Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Comunicação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
thaisfurtado93@gmail.com

Sophia Maia Garcia

Graduanda em Jornalismo – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
sophiamaiaag@outlook.com

Valentina Ruivo Bressan

Graduanda em Jornalismo – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
val.bressan@gmail.com

Resumo

Partindo do pressuposto de que a criança é um sujeito com autonomia e competência de produzir sentido social sobre a realidade que a rodeia (SARAMAGO, 2001), este artigo tem como objetivo compreender como sua voz é – ou não – incluída no conteúdo jornalístico da *Veja*, revista semanal de maior tiragem no Brasil. Para isso, foram examinadas todas as edições impressas do ano de 2019. Das 52 revistas, oito apresentam a fala de um total de nove crianças. Das citações, três aparecem no modo direto, uma é indireta e cinco são citações que denominamos como híbridas, quando um adulto declara algo que uma criança falou. Seguindo as categorias propostas por Ponte (2009), as temáticas em que a voz das crianças mais aparece são: Risco Social e Comportamento, Culturas e Consumo. Por fim, elas estão representadas como pertencentes a dois grandes grupos: crianças em risco e crianças consumidoras. **Palavras-chave:** Infância. Fontes jornalísticas. Jornalismo de revista.

Abstract

Based on the assumption that children are subjects with the autonomy and competence to produce social meaning about the reality that surrounds them (SARAMAGO, 2001), this article aims to understand how their voice is - or is not - included in the journalistic content of *Veja*, the largest weekly magazine in Brazil. For this purpose, all the editions printed in 2019 were examined. Of the 52 editions, eight present the speech of a total of nine children. Considering these quotes, three appear in direct mode, one is indirect and five are what we called hybrid, when an adult declares something that a child has said. Drawing upon the categories proposed by Ponte (2009), the themes in which the voice of the children appear



most are: Social Risk and Behavior, Cultures and Consumption. Finally, they are represented as belonging to two large groups: children at risk and children who are consumers.

Key words: Childhood. Journalistic sources. Magazine journalism.

Resumen

Partiendo de la base de que el niño es un sujeto que tiene autonomía y aptitud de producir sentido social sobre la realidad que lo rodea (SARAMAGO, 2001), este trabajo tiene como objetivo entender como su voz está incluida –o no– en el contenido periodístico de la *Veja*, revista semanal de mayor tirada en Brasil. Para eso, todas las ediciones impresas del año 2019 fueron examinadas. De las 52 revistas, ocho presentan el habla de un total de nueve niños. De las citas, tres están en el estilo directo, una en el indirecto y cinco son citas llamadas híbridas, cuando un adulto declara algo hablado por un niño. Siguiendo las categorías propuestas por Ponte (2009), los temas en los que más aparece la voz de los niños son: Riesgo Social y Comportamiento, Culturas y Consumo. Por fin, ellos están representados como pertenecientes a dos grandes grupos: niños en riesgo y niños consumidores.

Palabras clave: Niñez. Fuentes periodísticas. Periodismo de revista.

1 INTRODUÇÃO: POR QUE AS CRIANÇAS DEVEM SER OUVIDAS POR JORNALISTAS

Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla que propõe a reflexão sobre três temáticas: o jornalismo de revista, as fontes e a relação entre infância e jornalismo. No recorte aqui apresentado, nosso objetivo é compreender como a voz da criança é incluída no conteúdo jornalístico da revista *Veja*. Propomos que se pense a criança como uma possível fonte jornalística com autonomia e competência de produzir sentido social sobre a realidade que a rodeia. “A infância caracteriza-se por um núcleo próprio de relações intergrupais protagonizadas pelas crianças, capazes de intervir socialmente através da autonomia atribuída pela própria experiência social” (SARAMAGO, 2001, p. 10). Nesse sentido, pretendemos também compreender como meninos e meninas são representados pela revista em textos em que suas vozes estão presentes.

Nossas reflexões levam em conta as preocupações expostas pela ANDI - Comunicação e Direitos e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – em relação aos direitos de proteção das crianças. Ou seja, mesmo enxergando a criança como possível fonte para jornalistas, entendemos que ela deve ser respeitada em seus direitos de proteção. Entretanto, a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), da Organização das Nações Unidas – ratificada pelo Brasil e documento-base do ECA

–, defende que a criança, para além de direitos à proteção e à provisão, tem também garantias quanto à participação cidadã (FURTADO; DORETTO, 2019)¹.

Partimos do entendimento de que os infantes formam hoje um grupo de grande importância social que deve ser valorizado pelo jornalismo. De acordo com McCrum e Hughes (1998)², as crianças podem ser excelentes fontes para os jornalistas, pois normalmente oferecem ângulos novos e surpreendentes sobre os acontecimentos. O guia também aponta que existem temáticas que afetam mais diretamente as crianças do que os adultos, como educação ou questões de maus-tratos. Além disso, quando as crianças conseguem falar por elas mesmas, passam a ter mais confiança. Portanto, incluir a voz das crianças em notícias e reportagens é uma forma de o jornalismo fortalecer esse grupo e, ao mesmo tempo, ter novas perspectivas sobre o mundo. Fora as vantagens destacadas pela publicação, ressaltamos que somente se enxergando no jornalismo é que meninos e meninas terão interesse por ele e, assim, consumirão notícias enquanto crianças e, posteriormente, como adultos.

Essa reflexão é importante para que se modifique a relação que muitos infantes têm com o jornalismo. Delorme (2008), por exemplo, ao pesquisar crianças e sua relação com a televisão, identificou que elas “detestam” os telejornais. Entretanto, elas contam que ficam brincando perto da televisão na hora em que os adultos assistem ao telejornal e “[...] apenas quando o assunto lhes interessa, elas correm ‘para ver a notícia’” (DELORME, 2008, p. 148). Ou seja, o interesse por informações que façam sentido para elas existe e, de acordo com o estudo, há também o reconhecimento por parte das crianças da importância de estar bem informado, inclusive para ter poder social.

Destacamos que partimos de uma visão construcionista sobre o jornalismo, com a qual nos identificamos. A Teoria Construcionista, utilizada em estudos jornalísticos desde a década de 1970 em oposição às visões mais positivistas da área (que enxergam o jornalismo como espelho da realidade), se insere no paradigma construtivista, que considera toda a representação uma construção subjetiva da realidade.

A seguir, trataremos da forma como a infância é normalmente representada pelo jornalismo; depois, apresentaremos as características do jornalismo de revista, justificando a escolha desse meio para a inclusão das crianças como fontes. Em seguida, mostraremos o

¹ Neste artigo, consideramos crianças, seguindo o ECA, as pessoas com até 12 anos incompletos.

² Em *Interviewing Children: a guide for journalists and others*, publicação da Save the Children Fund, organização não governamental de defesa dos direitos da criança.

método utilizado neste estudo e os resultados alcançados. Por fim, concluiremos com algumas reflexões sobre a temática tratada.

2 AS CRIANÇAS E SUA REPRESENTAÇÃO PELO JORNALISMO

Para compreender a representação das crianças pelo jornalismo de hoje é interessante voltar no tempo. A maioria dos estudos que tratam do aparecimento da infância no Ocidente toma como ponto de partida os trabalhos de Philippe Ariès. Como primeiro autor a apresentar a infância numa perspectiva histórica, ele diz que a ideia de infância como uma fase diferenciada da adulta é um fenômeno recente. “A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI” (ARIÈS, 2006, p. 28). Buckingham (2007) faz a ressalva de que a história da infância que conhecemos é a história das representações. Foi principalmente através delas que Ariès construiu suas teorias. “Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ARIÈS, 2006, p. 17). Mas o próprio Ariès fez uma autocrítica de seu trabalho³.

Constatar que as crianças não eram representadas artisticamente, como fez Ariès, não garante que a infância não existia, já que dificilmente a história seria contada (e representada) pelas próprias crianças. “Até que ponto podemos ler as representações culturais da infância como reflexos da realidade da vida das crianças?” (BUCKINGHAM, 2007, p. 54). As ponderações de Buckingham nos fazem pensar sobre como a infância é representada hoje. A arte, a publicidade, programas de entretenimento – como *The Voice Kids*, ou telenovelas – e até mesmo as propagandas políticas já incluem crianças, mesmo que existam controvérsias sobre a forma como isso é feito. Em relação à publicidade, inclusive, há, no Brasil, uma forte discussão sobre a regulamentação das propagandas infantis. No jornalismo, entretanto, esse tema ainda é pouco debatido.

Para refletir melhor sobre a importância do jornalismo em relação às representações sociais, lembramos as palavras da jornalista Eliane Brum (2012):

O que a gente faz é um documento, mesmo que seja um documento sobre a nossa incompetência. [...] quando alguém, um pesquisador quiser entender como é essa época, ele vai nos arquivos, hoje, digitais, e vai encontrar a

³ Essa autocrítica pode ser encontrada no prefácio da segunda edição brasileira de *História social da criança e da família* (2006).

minha matéria. Se fiz mal o meu trabalho, se fui preguiçosa, se fui incompetente, vou dar uma idéia errada para quem estiver tentando entender a minha época. Então essa é a nossa responsabilidade: produzir documento de qualidade, que dê toda a complexidade da história que contamos, o maior número possível de verdades e de nuances (BRUM, 2013, p. 85).

Concordando com a autora, consideramos importante que o jornalismo brasileiro represente a criança da nossa época incluindo-a como fonte. “Poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público” (LAGE, 2001, p. 49). Ou seja, o repórter depende das fontes, e a escolha de quem vai ser ouvido é uma das etapas fundamentais da cadeia produtiva do jornalismo.

Entre as doze finalidades do jornalismo definidas por Reginato (2019), está a de esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade. “O jornalismo deve mostrar ao leitor como o mundo funciona em toda a sua complexidade, diversidade e pluralidade [...]” (REGINATO, 2019, p. 240). Por isso precisa incluir perspectivas de diferentes grupos sociais, em nossa opinião, incluindo as crianças pelos motivos já mencionados. Entretanto, a rotina jornalística que privilegia o imediato faz com que os repórteres, para facilitar sua atividade, optem por usar cada vez mais vozes oficiais. E as fontes também acabam sendo responsáveis pela definição de quais acontecimentos serão conhecidos pelo público. “Se não fossem os interessados em que algo seja publicado, muitas notícias não apareceriam nunca” (GOMIS, 2004, p. 102).

Hall et al. (1999, p. 228, grifo dos autores) defendem que, embora exista uma relativa autonomia dos jornalistas em seu dia a dia, as rotinas produtivas fazem com que eles acabem por “[...] reproduzir as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido simplista, ao seu serviço”. Para justificar essa afirmação, os autores explicam que os repórteres dependem de fontes institucionais regulares e credíveis que forneçam informações constantes e com agilidade, muitas vezes agendando acontecimentos. Além disso, jornalistas precisam seguir regras de imparcialidade, equilíbrio e objetividade. “Mais importante, estas regras profissionais dão origem à prática de assegurar que as afirmações dos *media* sejam, onde quer que seja, fundamentadas em afirmações ‘objetivas’ e ‘autorizadas’ de fontes ‘dignas de crédito’” (HALL et al., 1999, p. 229).

Essas fontes “dignas de crédito” são aquelas que representam instituições sociais já consolidadas, como políticos, empresários ou especialistas. Ou seja, são fontes que ocupam posições sociais privilegiadas. “Deste modo, os *media* tendem, fiel e imparcialmente, a

reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade” (HALL et al., 1999, p. 229). Para os autores, esses porta-vozes de instituições privilegiadas são os definidores primários das notícias, pois qualquer interpretação dos acontecimentos já irá partir da visão deles. Isso faz com que vozes alternativas tenham poucas chances de serem ouvidas e que os jornalistas reproduzam preponderantemente as ideologias dominantes.

É evidente que as crianças não estão organizadas para demonstrar seus interesses enquanto fontes de informação e nem são consideradas como grupo prioritário para externarem suas opiniões. Nesse caso, elas dependem da sensibilidade dos jornalistas (adultos) para serem incluídas nos conteúdos jornalísticos. Malho, Pato e Tomé (2009, p. 165) refletem sobre essa questão no jornalismo praticado em Portugal:

[...] embora notória essa preocupação com a criança, encarada como sujeito de direito, essa sensibilidade escasseia na cobertura jornalística de matérias que lhes dizem directamente respeito ou mesmo na produção de noticiário que lhe seja especialmente dirigido. [...] A criança não é ouvida de forma efectiva, correcta, muitas vezes a sua imagem não é respeitada e seus direitos (criança-cidadão, criança como actor social) são esquecidos.

Quanto mais concentradas forem as apurações jornalísticas nas mesmas fontes, menos chances de vozes de grupos como o das crianças serem incluídas. Dessa forma, temáticas que envolvem suas rotinas e direitos acabam sendo tratadas por fontes oficiais, ou por definidores primários, como apontam Hall et al. (1999). Bujes (2012) destaca também que o papel de autoridade na modernidade clássica sobre os temas sociais desempenhado pelos intelectuais (filósofos, pensadores) aos poucos foi sendo substituído pelos *experts*, que, como vimos, também são considerados como fontes dignas de crédito.

Casadei (2014) afirma que, no Brasil, foi justamente a revista *Veja*, aqui em foco, que, a partir dos anos 1970, concedeu aos especialistas um protagonismo em suas narrativas que acabou sendo incorporado pela imprensa brasileira em geral. A autora lembra que a revista passou a entrevistar cada vez mais fontes que não haviam vivenciado os fatos que motivavam as pautas. “Em um jornalismo que busca atribuir uma significação para o acontecimento noticiado, a inserção dessas fontes não testemunhais dos especialistas articula *vozes autorizadas* no relato que servem de apoio para o alinhavamento de determinadas significações” (CASADEI, 2014, p. 229, grifo da autora).

Especialmente em relação à infância, são convidados a falar nas publicações jornalísticas adultos socialmente considerados responsáveis pelas crianças: pedagogos, médicos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros. “[...] a eles se delega a produção da solução mais adequada para fazer frente às necessidades infantis [...]” (BUJES, 2012, p. 73).

Além das fontes oficiais e dos *experts*, os pais, ou outros adultos responsáveis pela criança, falam em nome dela, às vezes sem ao menos consultá-la. “Mesmo que vejamos muitas crianças em jornais, em revistas e na televisão, e que muito seja dito sobre elas, suas próprias palavras são raramente citadas. Geralmente, nós ouvimos apenas o que os adultos pensam sobre crianças, não o que as crianças pensam delas mesmas” (MCCRUM e HUGHES, 1998, p. 2, tradução nossa).

Marôpo (2009), ao estudar as coberturas jornalísticas portuguesas, percebeu que as crianças são ouvidas mais no campo dos problemas individuais. Raramente falam sobre questões coletivas, como se não tivessem condições de refletir sobre temas mais amplos que lhes dizem respeito. Dessa forma, não ficam em condições de igualdade em relação a outras fontes. “São vozes utilizadas para ilustrar, com informações ‘curiosas’ e ‘simpáticas’ ou para ‘colorir’ o texto” (MARÔPO, 2009, p. 155). A criança ocupa, então, um lugar de entretenimento nas narrativas jornalísticas que a distancia do espaço fundamental que o jornalismo deve ocupar na sociedade. “A diversão pode até ser uma *apropriação* que a audiência faz do jornalismo, mas não é uma finalidade *a priori*, não é para isso que o jornalista deve selecionar as pautas, apurá-las e buscar qualificar uma informação” (REGINATO, 2019, p. 244, grifos da autora). Nem, portanto, deve ser para isso que o jornalismo deve selecionar uma fonte.

Marôpo (2015) ainda levanta outro problema que explica a ausência de meninos e meninas no discurso jornalístico: os repórteres não se sentem preparados para entrevistar crianças, nem sabem em quais circunstâncias devem ouvi-las. Cohn (2009) diz que existe a tendência de os adultos tratarem as crianças como se elas soubessem menos, enquanto, em sua opinião, elas sabem outras coisas: “Precisamos nos fazer capazes de entender a criança e seu mundo a partir do seu próprio ponto de vista” (COHN, 2009, p. 8). Por isso, é fundamental que a criança seja representada a partir de sua própria voz e de maneira que fuja da ideia de vulnerabilidade e dependência que tem tradicionalmente marcado sua representação no jornalismo (PONTE, 2005). McCrum e Hughes (1998) destacam que as crianças não querem ser mostradas pelo jornalismo como vítimas e sentem que não estão sendo bem representadas.

Para contribuirmos com esse debate, escolhemos analisar a *Veja*, revista semanal de maior circulação no país, para descobrirmos se nela a criança é considerada como fonte e como cidadã, com direitos sociais e com capacidade de opinar sobre temas que são de seu interesse. Mas, antes de tratarmos dessa publicação especificamente, discorreremos

brevemente sobre as características do jornalismo de revista, justificando nossa escolha por esse meio.

2.1 O Jornalismo de revista e a possibilidade de inclusão da voz das crianças

Nossa decisão por analisar uma revista se deve ao fato de que esse tipo de publicação permite um maior grau de planejamento em relação às suas pautas devido a sua periodicidade. É possível escolher com mais tempo e de forma mais criteriosa as temáticas que serão expostas e quem será ouvido sobre elas. Além disso, pode-se também pensar em pautas mais complexas, o que exige a inclusão de mais vozes. As revistas, portanto, são um formato adequado para incluir a voz de uma criança. “É normalmente nos meios impressos e, especialmente, nas revistas – por sua periodicidade –, que os jornalistas podem desempenhar essa função de ir mais fundo” (FURTADO, 2013, p. 150).

Franciscato (2005) afirma que, ao considerarmos o jornalismo como um ato discursivo, reconhecemos que existe uma temporalidade nesse ato. No caso, o tempo presente. A valorização atual da instantaneidade, porém, contribui para que o público identifique acontecimento e relato como algo único. “Compreender a atividade jornalística supõe, no entanto, desvencilhar-se deste ponto de vista para reconhecê-la enquanto um processo de produção de sentido” (BERGER, 1996, p. 189).

Estudar o jornalismo de revista é uma forma de valorizar o jornalismo que carrega em si uma noção de tempo mais estendida, ou seja, que trata não do instantâneo, mas do contemporâneo. “O sentido sobre o que é ser contemporâneo – e, portanto, sobre o que está ultrapassado e deve ser substituído – está poderosamente inscrito no jornalismo de revista. Ele diz o que importa saber agora e como deve agir, ou se imaginar agindo, o sujeito que está de acordo com o espírito de seu tempo” (BENETTI, 2013, p. 46).

A revista, por possibilitar ao repórter mais tempo de pesquisa, com mais apuração, deve rever os acontecimentos de forma mais aprofundada. Ela é também, em sua versão impressa, um meio mais durável, com uma materialidade diferenciada, que a torna mais perene. Quando feita de forma criteriosa, a apuração para uma reportagem de revista – impressa ou virtual – não só passa a ser fundamental como é o caminho para justificar o valor da própria atividade jornalística, pois preserva aquilo que a profissão tem como seu maior capital: a credibilidade (BERGER, 1996). Nesse sentido, estudar reportagens de revista é direcionar o olhar para o que o jornalismo tem de mais precioso. “A reportagem, na qualidade de forma discursiva, tende a afastar o fato do relato, potencializando o *status* do jornalista

como alguém que interpreta o mundo e o constrói simultaneamente” (FURTADO, 2013, p.150).

A partir dessa perspectiva, o jornalismo de revista trata do saber da época em que está sendo produzido: como vivem as pessoas, o que pensam, o que valorizam, enfim, como se caracteriza a atualidade e os sujeitos que nela vivem. Ali (2009, p. 19) afirma que as revistas “ajudam seus leitores a adquirir conhecimento e compreender os fatos que afetam a sua vida”. Portanto, as escolhas que um jornalista de revista faz, incluindo a definição das fontes que serão ouvidas, irão determinar como ele apresentará ao seu leitor a contemporaneidade, materializando essas escolhas como documento de uma época.

Entre os exemplos elencados por Ali (2009) sobre as funções que uma revista pode desempenhar no dia a dia de seus leitores está a de ajudar as crianças a fazerem seu dever de casa. De fato, por trazerem conteúdos mais aprofundados, as revistas servem como material de consulta para estudantes que precisam compreender o mundo e o tempo nos quais vivem. Também por isso é importante sabermos se a criança se enxerga e encontra a sua voz na revista de maior circulação no Brasil, mesmo que ela seja direcionada para adultos, já que meninos e meninas também fazem parte do mundo contemporâneo. A seguir, apresentamos os achados de nossa pesquisa.

3 A VOZ DAS CRIANÇAS NA REVISTA VEJA

Veja pertence à Editora Abril e é a revista de maior circulação no país, apesar de ter encerrado 2020 com uma circulação média de 261.272 exemplares – 52% a menos do que em dezembro de 2019, quando essa marca era de 546.287⁴. Esses números consideram tanto as revistas impressas quanto as assinaturas digitais. *Veja* chegou a ter uma tiragem de mais de 1 milhão de exemplares semanais. Como outras revistas, acabou enfrentando a crise do setor no Brasil, potencializada ainda mais pela pandemia do coronavírus. De acordo com Casadei (2014), *Veja* se apresenta como uma revista informativa semanal que busca contextualizar os acontecimentos. Nesse sentido, ela também se mostra, teoricamente, aberta para incluir diferentes fontes – entre elas, as crianças – já que objetiva a contextualização dos fatos. Além disso, a abrangência nacional e a importância dessa publicação na história do país justificam sua escolha como objeto de estudo.

⁴ Até 2019, a Associação Nacional dos editores de Revistas (Aner) divulgava em seu site a circulação das principais revistas do Brasil. Esses dados, no entanto, hoje não estão disponíveis. Por isso, as informações sobre circulação foram retiradas de entrevista concedida pelo presidente da instituição. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2021/03/22/os-desafios-e-oportunidades-do-setor-de-revistas.html> Acesso em: 15 de maio de 2021.

Para verificar a presença da voz das crianças em *Veja*, analisamos todo o conteúdo jornalístico – de notas a grandes reportagens – das 52 revistas impressas do ano de 2019. Como resultado quantitativo, descobrimos que em apenas oito edições havia a presença da voz de uma criança⁵, somando um total de nove crianças, já que em uma edição havia duas matérias com a voz de uma criança.

O primeiro olhar que demos às citações foi em relação ao modo como elas apareciam. Se a fala da criança estava entre aspas e era reproduzida, teoricamente, da exata maneira como a criança falou, consideramos a citação como discurso direto. Quando a fala não estava entre aspas e, teoricamente, não havia a descrição exata do que a criança falou, consideramos como discurso indireto. Como não houve a presença da voz da uma mesma criança em discurso direto e indireto e como há diferentes tamanhos de citações, achamos mais adequado considerar cada criança como correspondente a uma citação, independentemente do número de frases ditas. Há, por exemplo, uma nota da editoria *Gente* (Figura 1) com quatro pequenas citações diretas da atriz do filme *Turma da Mônica - Laços*. Como é a voz de uma única fonte criança, contamos apenas como uma citação, no caso, direta.

Figura 1: Editoria *Gente*, da revista *Veja*, com nota com a voz de uma criança



Fonte: *Veja*, edição 2637, de 2019.

Da mesma forma, há um *box* (Figura 2) que ocupa dois terços de página com o depoimento em primeira pessoa, exclusivo para a revista, de uma menina síria, de nove anos, sobre a guerra em Aleppo. O *box* faz parte de uma reportagem de quatro páginas, mas como há

⁵ Ao final do artigo, mostramos que essa presença, em alguns casos, é ilusória.

a voz de apenas uma fonte criança, também consideramos como sendo uma citação, também direta.

Figura 2: Reportagem com *box* com depoimento de uma criança



Fonte: *Veja*, edição 2635, de 2019

É difícil quantificar a presença de uma fonte em um texto jornalístico, mas, caso tivéssemos contado cada citação propriamente dita das crianças, a nota de *Gente*, com poucas frases curtas da atriz Giulia Benite, representaria quatro citações e o grande depoimento da menina síria Bana Al-Abed representaria apenas uma citação. Por isso, nossa opção foi fazer a contagem por criança, já que o que estamos levando em consideração é o fato de ela ser fonte.

Ao analisarmos as citações das crianças, percebemos que existia um terceiro modo de discurso que nos chamou atenção. Na língua portuguesa, existe o discurso indireto livre, quando há a junção dos discursos direto e indireto e a fala do narrador e do personagem não têm uma separação clara. Entretanto, preferimos, pelo objetivo da pesquisa, não adotar essa denominação, mas chamar esse terceiro modo identificado de discurso híbrido. Ele aparece de uma forma bem específica: quando um adulto declara algo que a criança falou. A citação da criança pode estar entre aspas ou não, mas fica claro que a declaração não foi feita diretamente pela criança para o jornalista.

Como poderá ser visto mais adiante, existem diferentes motivos para que a declaração não tenha sido feita diretamente pela criança, mas consideramos importante sublinhar esse modo de discurso por ele indicar que a criança não foi de fato escolhida como fonte. Esse achado reafirma o que outros pesquisadores – como comentamos – têm constatado: muitas

vezes os adultos é que são convidados a falar pela criança. Portanto, nesses casos, mesmo que apareça no texto uma citação como sendo de uma criança, na verdade, a fonte consultada foi um adulto. Considerando as nove citações encontradas, três são diretas, uma é indireta e cinco são as que denominamos como híbridas. Ou seja, em mais de metade das ocorrências, um adulto falou pela criança.

Nosso segundo movimento de análise foi verificar em quais tipos de textos jornalísticos que as vozes dessas nove crianças apareciam. Seis citações foram encontradas em reportagens. A reportagem, por seu aprofundamento, como foi visto, é o tipo de texto que mais possibilita a inclusão de várias e diversificadas fontes. Além disso, nela, o jornalista tem um afastamento temporal do acontecimento que propicia mais escolhas, inclusive de fontes. Entretanto, em três das reportagens, as citações das crianças aparecem no modo híbrido. Sendo assim, em metade das reportagens são os adultos que falam em nome da criança. Portanto, elas não foram escolhidas como fontes.

Em relação aos outros três textos em que a voz de uma criança aparece, um é a nota de *Gente* já citada, outro é uma entrevista, na edição 2628, com uma professora e a última está na seção *Veja Essa* da edição 2656, na qual a revista destaca algumas frases que foram ditas por alguém célebre naquela semana. Nesse último caso, não era uma frase de criança que estava em destaque. Ela fazia parte do comentário sobre uma declaração do primeiro ministro do Canadá, como segue:

“Não deveria ter feito aquilo, porque machuquei pessoas.” Justin Trudeau, primeiro-ministro do Canadá, interpelado por duas meninas gêmeas negras, em um programa de TV, sobre ter se pintado de marrom no passado. Elas insistiram: “Pintou também o nariz e as mãos?”. Ele disse que sim.

Como pode ser visto, os nomes das meninas não aparecem e a citação é apresentada como sendo das duas, fato incomum em textos jornalísticos. Por fim, consideramos importante saber em quais temáticas as vozes das crianças foram incluídas. Para isso, utilizamos as seis categorias definidas pelo *Projecto Crianças e Jovens em Notícia*, uma pesquisa longitudinal desenvolvida em Portugal com intervalos de cinco anos, de 1970 a 2005 (PONTE, 2009). A proposta desse projeto era analisar a noticiabilidade das crianças na imprensa de informação geral em jornais daquele país. As seis categorias temáticas definidas para a pesquisa de 2005 foram: 1) Risco Social; 2) Educação; 3) Saúde, Assistência, População; 4) Comportamentos, Culturas e Consumos; 5) Prevenção e Segurança; 6) Insólitos e Faits-Divers.

Dos nove textos que analisamos, quatro se enquadram na categoria temática Risco Social, definida da seguinte forma: “matérias que referem situações em que se verifica uma ameaça ou violação dos direitos da criança ou jovem colocando em causa a sua segurança, educação, formação ou desenvolvimento” (PONTE; AFONSO, 2009, p. 32). Duas são reportagens que tratam da morte de crianças. Uma delas, com o título “A lição de Ágatha”, com seis páginas, tem como pauta o assassinato de Ágatha Vitória Sales Félix – o sobrenome não aparece na reportagem –, de oito anos, no Rio de Janeiro. A matéria critica a política de segurança do então governador do Rio, Wilson Witzel, e apresenta projetos sociais direcionados a crianças e jovens em diferentes cidades para prevenir a violência.

A frase, da própria Ágatha, aparece em uma fala de sua mãe e por isso é híbrida: “Uma vez ela me disse: ‘Mãe, pede para eles pararem de atirar na gente’”. A reportagem explica que a menina fez esse pedido durante uma entre várias operações policiais realizadas no Complexo do Alemão, onde morava. Ágatha foi morta por uma bala perdida durante uma dessas operações. A mesma frase da menina aparece na legenda de sua foto na abertura da matéria (Figura 3).

Figura 3: Abertura da reportagem sobre a morte de Ágatha Vitória Sales Félix



Fonte: *Veja*, edição 2654, de 2019

A outra reportagem que trata da morte de uma criança, com o título “Um júri na era do viral”, é sobre o julgamento dos assassinos do menino gaúcho Bernardo Boldrini, de 11 anos. O foco nas quatro páginas na edição 2627 é a transmissão ao vivo do julgamento, que durou cinco dias. A citação encontrada é também do próprio menino e, portanto, híbrida: “‘Me dá um bife?’”, pediu em certa ocasião a uma vizinha”. Essa declaração está incluída na descrição

que a revista faz da vida do menino, que, de acordo com a reportagem, era maltratado pelo pai e pela madrasta.

Chama atenção a presença da voz, no modo híbrido, de duas crianças assassinadas. No caso da reportagem sobre Ágatha, são mostradas várias atividades criadas em comunidades de forma preventiva à violência. A própria Ágatha é citada como quem adorava as aulas de balé, xadrez e inglês. No entanto, não há a voz de nenhuma criança que participe dessas atividades e pudesse, ao menos, comentá-las.

É muito raro ver nos *media mainstream* a exploração de assuntos sociais ou políticos do ponto de vista das crianças – tanto em termos de como as crianças os percebem e entendem, como em termos de como esses assuntos influenciam a vida das crianças. Por vezes, as crianças são mal representadas mas, na maior parte das vezes, nem sequer são representadas de todo (BUCKINGHAM, 2009, p. 21-22).

A matéria sobre Bernardo Boldrini cita o fato de o menino ter pedido ajuda no mesmo fórum onde aconteceu o julgamento por sofrer, segundo a reportagem, “tortura e desamor”. Mesmo que não fique explícito, há um tom de crítica ao fórum que não lhe ouviu antes de ser assassinado. No entanto, pelos números que encontramos, a própria revista não costuma dar ouvidos às crianças em assuntos que lhe dizem respeito.

A terceira reportagem que se enquadra na temática Risco Social tem quatro páginas e é intitulada “Uma geração sem infância”, já citada por conter o *box* com o depoimento da menina Bana Al-Abed, que viveu a guerra de Aleppo. O título do *box* é uma declaração dela entre aspas: “Podemos parar uma guerra”. A matéria trata principalmente da questão de filhos de estrangeiras que aderiram ao Estado Islâmico.

Por fim, o quarto texto que se enquadra na temática Risco Social – por tratar do tema racismo – é o também já citado comentário sobre a atitude do primeiro ministro canadense. Ela aparece no modo híbrido, e as meninas sequer têm seus nomes citados. Percebemos, então, que dos quatro textos que estão nesta categoria, apenas a reportagem sobre a guerra apresenta a citação – com destaque – de uma criança em discurso direto.

A categoria que aparece em segundo lugar é a de Comportamento, Cultura e Consumos, com três citações de crianças: “[...] este tema incide sobre o protagonismo de crianças e jovens nas notícias, enquanto sujeitos com comportamentos, culturas, estilos de vida e interesses de crianças e jovens, incluindo uma atenção a produtos e produções que lhes são especialmente destinados” (PONTE; AFONSO, 2009, p. 33).

Além da nota já citada sobre a atriz que interpreta a personagem Mônica, estão enquadradas nesta categoria duas reportagens. A primeira, com quase duas páginas na edição 2615, tem como título “Éstica, amassa e aperta” e tem como foco o *slime* (espécie de massa gelatinosa) que, de acordo a reportagem, “virou febre entre as crianças (e os adultos) do Brasil”. A reportagem dá ênfase ao hábito de fazer o *slime* em casa e diz que sua fabricação tem sido estimulada em terapias infantis. Mas há também uma abordagem econômica, ressaltando que os kits para criar o brinquedo chegam a 500 reais. A voz da criança aparece no modo direto: “‘Levo para a escola, a casa dos meus avós, a casa dos amigos e o clube’, diz”. A frase é de Luiza de Maria Lutarelli, de oito anos, que tem também uma foto na abertura da reportagem.

A segunda reportagem ocupa duas páginas da edição 2619 e tem como título “Mantenha distância”. Ela aborda as danças que aparecem em *games* e que estão sendo reproduzidas pelas crianças. A citação aparece no modo indireto: “Questionado pelo pai, o fotógrafo Gabriel Esteves, Gael explicou que a coreografia, reproduzida por todos os colegas no recreio da escola, vinha de um *game* que ele jamais jogou, por ser dirigido a meninos mais velhos”. Gael tem seis anos. A reportagem tem uma abordagem comportamental, mas também econômica, citando os valores da compra dos avatares que fazem as danças nos jogos e dos direitos autorais dos criadores das coreografias.

Percebemos que as citações das crianças nessas duas reportagens ocupam a função de preencher o texto com uma curiosidade, como alertou Marôpo (2009). Se não estivessem ali, não fariam grande diferença, pois as crianças não são convidadas a dar a sua opinião ou a comentar de forma mais efetiva os comportamentos abordados. No caso da nota de *Gente*, há quatro citações diretas da atriz Giulia Benite: “Foi o próprio Maurício de Souza, criador da Mônica, quem anunciou os atores selecionados”; “Até então eu nunca tinha atuado em filme, novela e comercial”; “A minha escola sempre me deu gibis para aprendermos palavras novas”; e “Quero ser atriz para o resto da vida”. Nesse caso, a menina é destacada por fazer algo excepcional: ter vencido uma disputa pelo papel entre 7500 crianças. “[...] raramente vemos imagens de crianças normais, que não são sensacionais, que não têm um qualquer papel sentimental nas narrativas dos adultos sobre a inocência ou a sua corrupção” (BUCKINGHAM, 2009, p. 21).

Por fim, há uma entrevista que se enquadra na categoria temática Educação e uma reportagem, na categoria Saúde, Assistência, População, ambas na edição 2628. A entrevista de duas páginas com a professora paulista Débora Garofaro tem como título “A escola não

pode ser uma ilha”. A docente utiliza lixo da favela na aula de robótica e foi uma das 10 finalistas do prêmio *Global Teacher Prize*. Na primeira resposta, sobre se sofreu resistências para aplicar seu projeto, ela responde: “Sim, e a primeira veio das crianças. Queriam ficar no conforto da sala da informática, na rede social, e não sair para se meter no lixo. Diziam: ‘A gente já vive no meio dele. Fazer o que ali?’”. A citação é híbrida, por ser dita por uma adulta, e genérica, por não ser de uma criança específica. Ou seja, novamente, não há uma criança escolhida como fonte.

A reportagem que se enquadra na categoria Saúde, Assistência, População tem duas páginas e o título “A morte para criança”. Essa categoria engloba “[...] as áreas sociais da Saúde e Assistência à Infância, e as suas políticas, bem como questões demográficas directamente relacionadas com crianças e jovens” (PONTE; AFONSO, 2009, p. 33). O texto trata de dois documentos científicos que dão orientações sobre como falar sobre a morte com os pequenos. A reportagem tem um *box*, intitulado “Três vidas”, que conta a história de uma menina de sete anos, do Rio de Janeiro, que morreu devido a um câncer raro e agressivo. É no *box* que aparece a citação dela, identificada como P., no modo híbrido:

Com o passar do tempo e o avanço do câncer, desabafou para a profissional que a acompanhava: ‘Estou dando muito trabalho para os meus pais. Eles ficam me tirando e me colocando na cadeira de rodas o tempo todo. Eles falam que quando eu ficar velhinha vou poder fazer por eles tudo o que eles estão agora fazendo comigo. É mentira! Eu não vou ficar velhinha’ (VEJA, Edição 2628, 2019, p. 88).

Nesse caso, é uma especialista – profissional da saúde – que traz a voz da menina. Portanto, das nove crianças que têm citações presentes na revista *Veja* em 2019, três estavam mortas. Não encontramos nenhum texto que se enquadrasse nas categorias temáticas Prevenção e Segurança e Insólitos e *Fait Divers*. Cabe comentar que fizemos os enquadramentos levando em conta a temática preponderante em cada texto, sabendo que alguns deles conversam com outras categorias. A entrevista com a professora, por exemplo, trata de Educação, mas fala também da pobreza, por isso apresenta um interdiscurso com a temática Risco Social. Já a reportagem sobre a menina Ágatha trata também do tema Educação, por falar de diferentes atividades oferecidas para crianças em comunidades.

Nosso objetivo era compreender como a voz das crianças é incluída no conteúdo jornalístico de *Veja*, identificando se a revista percebe as crianças como fontes e como cidadãs, com direitos sociais e com capacidade de opinar sobre temas que são de seu interesse. Em primeiro lugar, verificamos que apenas nove citações de crianças apareceram

em oito das 52 edições. Isso indica que a criança ainda não é vista pela revista como uma fonte competente como as outras e, portanto, as crianças como grupo podem ser consideradas excluídas, principalmente em relação a temáticas que lhes dizem respeito. Em parte, isso pode ser explicado pelo fato de a organização social contemporânea ser pensada por e para os adultos. As crianças ainda fazem parte de uma minoria (no sentido sociológico) sem capacidade de organização em uma sociedade adultocêntrica, e, por isso, ainda são silenciadas no jornalismo.

Além disso, cinco citações são as que denominamos como híbridas, sendo que uma – a da entrevista com a professora – sequer é de uma criança específica, mas sim uma fala genérica, representando todos os alunos da entrevistada e, ao mesmo tempo, nenhum. Ou seja, poucas vezes a criança é percebida como uma fonte com capacidade de opinar sobre o tema tratado, sendo necessário que adultos falem por ela. Essa constatação pode ser explicada por considerações de Marôpo (2009, 2015) de que existe a dificuldade de acesso dos jornalistas às crianças e de que, nas poucas vezes em que são ouvidas, elas falam apenas por si mesmas e não representando também outras crianças.

Por fim, utilizamos categorias criadas por Ponte (2009) para compreender em quais temáticas as falas de crianças se enquadravam. Quatro delas foram identificadas na categoria Risco Social e três, em Comportamento, Culturas e Consumos. Esses achados também se aproximam da forma como a representação das crianças tem sido percebida em outros estudos: ou apenas como vítimas, ou como consumidoras, deixando de fora inúmeras possibilidades de representação dos infantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: AVANÇANDO NA DISCUSSÃO

Ao fazermos a análise das 52 edições da revista *Veja* impressas em 2019, percebemos que existe uma clara dificuldade de compreensão de que as crianças têm capacidade de falar sobre assuntos diversos. As necessidades de proteção – que são importantes – acabam por apagar os direitos de participação social das crianças. Ainda existe um temor excessivo de conversar com meninos e meninas sobre assuntos que possam ser considerados sensíveis ou inapropriados. Também nos chamou atenção o fato de três crianças já não estarem vivas, sendo que suas mortes foram justamente o motivo das reportagens terem sido feitas. Já que seria impossível conversar com essas crianças, as problemáticas mais amplas que envolvem essas pautas – violência, prevenção, educação, saúde etc – poderiam ter sido abordadas com a inclusão da voz de outros meninos e meninas.

No caso do recorte que fizemos, as crianças podem ser divididas em dois grandes grupos: crianças em risco e crianças consumidoras. A única que aparece como uma fonte com capacidade de opinar sobre uma problemática que faz parte da sua vida é a menina síria, que acabou sendo conhecida por um esforço individual seu. Em seu depoimento, ela conta o que fez quando viu a casa de sua amiga ser bombardeada: “[...] eu corri, corri muito para tentar fazer alguma coisa, mas meus pais me seguraram. Pensei: o mundo precisa saber o que está ocorrendo em Aleppo, nesse inferno da Síria, e fiz o que uma criança pode fazer. Comecei a tuitar”.

O que Bana Al-Abed fez foi representar a si mesma – e certamente a outras crianças – a partir de uma rede social, tarefa que deveria ser também do jornalismo e, especialmente, do jornalismo de revista, que objetiva se aprofundar nas temáticas contemporâneas. Buckingham (2009, p. 16) propõe: “Devemos questionar-nos a respeito do que as crianças deveriam esperar dos *media* – os seus direitos, não apenas como futuros membros da sociedade, como futuros cidadãos, mas como membros da sociedade, como cidadãos já no presente”. Só assim o jornalismo – e em especial o jornalismo de revista – poderá produzir conteúdos contextualizados que realmente representem as crianças da contemporaneidade.

Por fim, gostaríamos de destacar que, além de confirmar aspectos que se aproximam de outras pesquisas já realizadas – como a forma estereotipada pela qual as crianças aparecem no jornalismo –, percebemos que principalmente dois dos nossos achados avançam na discussão proposta. O primeiro é que existe uma forma híbrida pela qual a voz da criança aparece. Mesmo que em alguns casos a citação da criança venha entre aspas, são os adultos que nessas situações falam por ela. O segundo é que, se nove ocorrências em oito textos em um ano já representam um número muito baixo em uma revista que publica, segundo nossos cálculos, uma média de 40 textos de diferentes formatos discursivos por edição, chama mais atenção ainda o número de crianças que foram efetivamente escolhidas como fontes: somente três. São elas a atriz que representa a personagem da Mônica, a menina que vive na Síria – essa a única com destaque – e a menina que brinca de *slime*. Mesmo o menino da reportagem sobre *games* não foi escolhido como fonte, pois aparece em um discurso indireto a partir de uma conversa com seu pai. As demais crianças ou já haviam morrido, ou foram citadas sem sequer serem nomeadas. Portanto, a criança contemporânea em sua diversidade é completamente silenciada pela revista, não é considerada como fonte competente e não é representada a partir de sua própria voz.



REFERÊNCIAS

- ALI, Fatima. **A arte de editar revistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.
- BRUM, Eliane. Eu sou uma escutadeira. In: MAROCCO, Beatriz. **O jornalista e a prática: entrevistas**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2012.
- BUCKINGHAM, David. Os direitos das crianças para os media. In: PONTE, Cristina. (org.) **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.
- BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Loyola, 2007.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Resgate da infância: uma questão para a propaganda?. In: DORNELLES, Leni Vieira; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (org.). **Educação e infância na era da informação**. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- CASADEI, Eliza Bachega. **Como contar os fatos: a história da narrativa do jornalismo de revista no século XX**. São Paulo: Alameda, 2014.
- COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- DELORME, Maria Inês de Carvalho. **Domingo é dia de felicidade: as crianças e as notícias**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-Rio, 2008.
- FURTADO, Thaís Helena. O aprofundamento como caminho da reportagem de revista. In: TAVARES, Frederico de Mello; SCHWAAB, Reges (org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- FURTADO, Thaís Helena; DORETTO, Juliana. O menino negro da foto: a produção de sentidos nos comentários dos leitores do El País. In: **Braz. journal. res.**. Vol. 15. N. 1. p. 152-179. Brasília, DF: 2019.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS e Fundação Oviedo Teixeira, 2005.
- GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 1, nº 1, p.102-116, 2º sem. 2004.
- HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. 2 ed. Lisboa: Veja, 1999.





LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MALHO, Maria João, PATO, Isabel Pato; TOMÉ, Victor. Vozes de crianças: estudos exploratórios. In: PONTE, Cristina (org.) **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

MARÔPO, Lidia. Crianças como fontes de informação: um desafio de inclusão do jornalismo. **Vozes e diálogos**. Volume 14, n.02. Itajaí: Univali, jul./dez. 2015.

MARÔPO, Lidia. Fontes de informação e direitos da infância na cobertura jornalística portuguesa. In: PONTE, C. (org.) **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

MCCRUM, Sarah; HUGHES, Lotte. **Interviewing Children**: a guide for journalists and others. Londres: Save the Children Fund, 1998.

PONTE, Cristina. (org.). **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

PONTE, Cristina; AFONSO, Bruna. Crianças e jovens em notícia: análise da cobertura jornalística em 2005. In: PONTE, Cristina. (org.) **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

SARAMAGO, Silvia. Metodologias de pesquisa empírica com crianças. **Sociologia, problemas e práticas**. Nº 35. p. 9-29. Oeiras: Celta Editora, 2001.

Original recebido em: 15 de maio de 2021

Aceito para publicação em: 07 de dezembro de 2021

Thaís Helena Furtado

Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013), mestre em Letras, na área de Análise do Discurso, pela UFRGS (2000), graduada em Comunicação Social - Jornalismo e Audiovisual também pela UFRGS (1986). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFRGS) e adjunta do Departamento de Comunicação/Jornalismo (DECOM) da UFRGS. Líder do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (NupeJor), grupo de pesquisa UFRGS/CNPq. Pesquisadora cofundadora da Rede de Pesquisa em Comunicação, Infâncias e adolescências (RECRÍA). ORCID: 0000-0001-9474-1800

Sophia Maia Garcia

Graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista de Iniciação Científica da FAURGS pelo Programa Institucional de Auxílio à Pesquisa de Docentes Recém Contratados pela UFRGS de 2019 a 2020. ORCID: 0000-0002-9509-2248

Valentina Ruivo Bressan

Graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista de Iniciação Científica da FAURGS pelo Programa Institucional de Auxílio à Pesquisa de Docentes Recém Contratados pela UFRGS de 2019 a 2020. ORCID: 0000-0003-0969-2181





PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional

